

RESUMO - DIREITO PÚBLICO

SEGURANÇA JURÍDICA FUNDIÁRIA E OS IMPACTOS DA DECISÃO LIMINAR NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1003562-09.2022.4.01.3704: ENTRE A PROTEÇÃO TERRITORIAL INDÍGENA E A ESTABILIDADE DOMINIAL.

Romulo De Orquiza Moreira (romuloorquiza@gmail.com)

Marcos Paulo Carola Sousa (marcoscarola@live.com)

O presente trabalho discute a segurança jurídica fundiária diante dos efeitos da decisão liminar proferida na Ação Civil Pública nº 1003562-09.2022.4.01.3704, que determinou a suspensão de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) sobrepostos à Terra Indígena Bacurizinho, no sul do Maranhão. O problema de pesquisa consiste em compreender de que modo a intervenção judicial, fundada em processo administrativo inconcluso de ampliação territorial, repercute sobre a estabilidade dominial e a confiança legítima dos particulares. O objetivo geral é analisar os impactos jurídicos e socioeconômicos da decisão no contexto fundiário regional, bem como avaliar sua compatibilidade com o princípio da segurança jurídica e os parâmetros constitucionais de proteção à propriedade e à função social. A justificativa decorre da relevância prática do tema, dada a multiplicação de decisões judiciais que afetam áreas produtivas consolidadas em nome de processos administrativos sem conclusão definitiva. A metodologia utilizada é qualitativa, de natureza jurídico-dedutiva e documental, baseada na

análise da decisão judicial, dos fundamentos constitucionais e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, especialmente o RMS 29.542/DF e a Petição 3.388/RR (Raposa Serra do Sol). Espera-se contribuir para o debate sobre os limites da tutela jurisdicional em matéria fundiária e a necessidade de harmonização entre proteção territorial indígena e estabilidade jurídica das relações dominiais.

Palavras-chave: segurança jurídica fundiária; ação civil pública; terra indígena bacurizinho; decisão liminar; supremo tribunal federal.